

ração entre os mesmos produzem, em princípio, um número de interdependências, determinações e constelações (no sentido dado por Hjelmslev, 1943, a esses termos) teoricamente infinito, embora passíveis de categorização. E um dos propósitos fundamentais aqui perseguidos será o de propor tal categorização das variáveis pertinentes à consecução do ato tradutório.

Neste intuito, e na consciência de que o presente estudo não pode pretender a propositura de respostas definitivas mas terá fôlego para, ao menos, encetar uma exploração desses fatores e de seu entrecruzamento no ato tradutório, serão abordadas, sequencialmente, as dimensões temporais do ato tradutório e os participantes desse ato; serão retomadas e reelaboradas, de forma sintética, algumas das considerações já amplamente difundidas da bibliografia especializada relativas aos códigos e aos referentes em confronto; tratar-se-á dos diversos problemas atinentes aos canais (oralidade e escrita) da comunicação, raramente enfatizados na discussão do fenômeno tradutório exceto para sinalizar a especificidade da interpretação em relação à tradução escrita. Inevitavelmente, serão ainda abordadas as mensagens em si, no quadro de uma discussão acerca dos limites da sempre esperada "fidelidade" na tradução, para, por fim, verificarmos em que medida as reflexões encaminhadas permitem propor respostas às questões levantadas de início.

A DIMENSÃO TEMPORAL

Como aludiu-se na Introdução, entre a produção do ato comunicativo inicial e a do ato comunicativo tradutório que se propõe como seu equivalente ocorre necessariamente um certo intervalo. Tal intervalo pode ser extremamente breve, como no já citado caso da interpretação simultânea, ou, para mencionar mais um exemplo, na fala do não-nativo que formula mentalmente uma frase em sua língua materna para, na sequência, expressá-la, com ou sem hesitações marcantes, na língua estrangeira. Pode, inversamente, estender-se sobre dias, semanas, anos ou, até, séculos e milênios.

Na realidade, porém, a questão temporal na tradução é algo mais complexa. São, efetivamente, várias as dimensões temporais que se sobrepõem e interagem no processo tradutório: (a) a distância que se estende entre a conclusão do processo de produção do primeiro ato de comunicação e o primeiro contacto do tradutor com esse primeiro ato de comunicação; (b) a distância que se estende entre a conclusão do processo de produção do primeiro ato

de comunicação e o início do ato tradutório; (c) a distância que se estende entre o primeiro contacto do tradutor com o primeiro ato de comunicação e o início efetivo do ato tradutório, que diz respeito à *memória*; e (d) a distância que se estende entre o início e o fim do ato tradutório e que se prende à questão do *prazo*.

Os diferenciais de tempo de tipos (a) e (b) frequentemente se confundem em uma mesma dimensão (salvo na medida em que o diferencial de tipo (b) se entrelaça com o diferencial de tipo (c) – vide adiante). Exercem, em seus pólos extremos, influências diversas sobre a realização do ato tradutório. Na interpretação simultânea, a comunicação primeira e sua respectiva tradução são quase co-ocorrentes (na média, o intérprete encontra-se três palavras atrás da fala original). Assim, o processo tradutório tem de ser efetuado não apenas sem uma visão completa do texto mas, até, da estrutura sintático-semântica de cada enunciado da emissão original, ocasionando, como é de se esperar, alguma hesitação, improvisação e recriação. Na tradução de textos cujos originais remontam a um ou mais séculos, manifestam-se diferenças diacrônicas marcantes, não apenas de natureza linguística como também de natureza referencial, de visão de mundo, e outros, que colocam diversos problemas de interpretação e de decisões estratégicas sobre o encaminhamento a dar ao ato tradutório propriamente dito: (i) optar entre uma atualização da linguagem *vs.* manutenção mais ou menos coerente do “arcaísmo” do original; (ii) assistir à leitura do texto traduzido com notas, glossários, comentários em prefácio etc. para facilitar o acesso à realidade extralingüística (inclusive ideológica) expressa ou implícita no ori-

ginal *vs.* proceder à sua maior ou menor “modernização” etc.

Nos casos em que ocorre um diferencial de tempo ligeiramente mais afastado do imediatismo mas ainda dentro de uma faixa cronológica que poderia ser tido por “presente” (diferencial mensurável em termos de horas, dias, semanas) e mantidas as demais variáveis idênticas, instituem-se condições favoráveis¹ para a manutenção de pontos de vista, interpretações, visões de mundo não-discrepantes entre o primeiro e o segundo atos comunicativos (original/tradução). A partir de um determinado grau de diferenciação, porém, quanto maior o intervalo de tempo entre esses dois atos, maior a probabilidade de tais discrepâncias se manifestarem ou, visto sob outro prisma, maior o esforço a ser dispendido na execução do ato tradutório caso se pretenda evitar ou mitigar essas discrepâncias. No limite, a abordagem primeira (leitura) do texto original já constituirá um ato tradutório, quer porque o diferencial diacrônico – lingüístico e cultural – acabou alocando-o a um dialeto temporal diverso daquele vigente no momento do ato tradutório (por exemplo, português vicentino/português brasileiro contemporâneo), quer porque o próprio complexo língua/cultura de partida deixou há muito de existir (por exemplo, o ático e a civilização ateniense do século V a.C.).

A distância que intermedeia o primeiro contacto do tradutor com o primeiro ato de comunica-

¹ Entenda-se por “condições favoráveis” aquelas que, de princípio, favorecem determinada solução, mas que não a garantem, caso outros fatores presentes no ato tradutório ajam em sentido contrário.

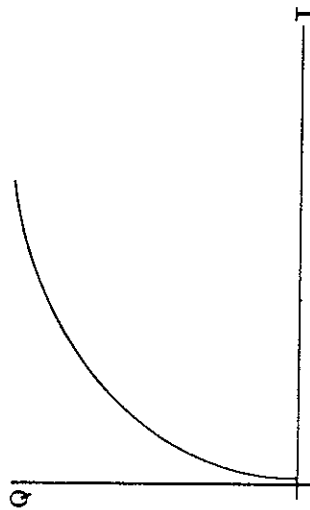
ção (texto original) e o início efetivo do ato tradutório – diferencial de tipo (c) – corresponde ao espaço da memória. Com o progressivo distanciamento temporal, o texto original, neste espaço, deixa paulatinamente para trás a sua estrutura discursiva “original” para cristalizar-se como uma imagem, simples ou complexa, objeto de uma relação não apenas intelectiva mas igual ou, quiçá, principalmente, afetiva, objeto de desejo ou de repulsa, de idealização positiva ou negativa. Assim, em princípio, um maior distanciamento temporal entre o primeiro contacto com o texto e o início do ato tradutório propriamente dito pode ensejar um maior viés, uma maior apropriação do texto original por parte do tradutor, em sua ótica particular, um maior engajamento, uma maior participação do próprio tradutor na co-criação tradutória.²

No que tange ao diferencial de tempo de tipo d. – tempo de duração do ato tradutório – é possível perceber a tendência a uma certa flutuação entre o começo e o fim do ato tradutório em termos das opções lexicais, sintáticas e estilísticas para o estabelecimento das equivalências tradutórias, tendência essa que se torna marcante em textos mais longos, que, *ipso facto*, demandam um tempo maior de feitura. Quanto maior esse tempo de feitura, mais perceptível será a aludida flutuação e, caso a intenção comunicativa do ato tradutório implique a manutenção

² Não vai nessas considerações qualquer crítica ou juízo de valor, a favor ou contra tal apropriação, tal viés. A avaliação de sua maior ou menor adequação em determinada situação de tradução dependerá da análise de tal situação como um todo e, em particular, da sua maior ou menor coerência com a intenção tradutória do tradutor e/ou com a intenção comunicativa receptiva dos destinatários da tradução.

ção de uma certa uniformidade, acabará por exigir uma retomada, uma etapa de revisão (vide Aubert, 1981) objetivando, especificamente, a obtenção da unicidade/coerência estilística e terminológica.

O tempo (d), porém, raramente pode ser estabelecido apenas em função das efetivas necessidades de elaboração e reelaboração do texto traduzido, a critério do Emissor-Tradutor. Na prática, o prazo constitui uma injunção da situação discursiva, imposta pelos Receptores (Intermediário ou final) da Tradução ou com estes negociada. Como resultado dessas injunções, dificilmente será possível assegurar ao ato tradutório um quadro temporal “ideal”, isto é, que permitisse atingir um índice qualitativo próximo a 100%. É ao interior do prazo possível que o ato tradutório será desenvolvido, exigindo de seu Emissor-Tradutor uma adequação de meios e o estabelecimento de prioridades para que o produto final corresponda àquilo que os Receptores da Tradução possam perceber como sendo de qualidade aceitável. De fato, no mercado de trabalho, uma das habilidades apreciadas no profissional da tradução é a capacidade de efetuar exatamente esta conciliação, “em que a curva de progressão qualitativa (Q) atinge, em período de tempo (T) relativamente curto, um nível satisfatório, e em que qualquer melhora qualitativa ulterior demanda um prazo adicional que tende a aumentar em progressão geométrica” (Aubert, 1988), conforme ilustrado a seguir:



Entenda-se por satisfatória, neste contexto, a produção de um texto que responda às expectativas dos usuários da tradução em termos de correção gramatical e semântica e de adequação estilística.³

O estabelecimento de prioridades na tradução de um texto significa determinar, em função dos condicionantes temporais e dos fatores situacionais (vide a seguir), os elementos informativos e lingüísticos essenciais à intenção tradutória, cujo nível de elaboração qualitativa deve merecer a atenção maior (e, portanto, o maior dispêndio de tempo), deixando para o segundo plano os elementos informativos e lingüísticos secundários para os fins do ato tradutório em questão.

³ Ou, como certa vez foi explicitado por um cliente: "Sei que o prazo é muito limitado; mas, se você puder me assegurar um nível de qualidade de 85%, podemos fechar o negócio". Esse índice, evidentemente, não se refere a uma mediação precisa, quantificada, da qualidade em si e sim a uma distinção entre o "bastante satisfatório" e o "ideal".

Com efeito, só excepcionalmente (por exemplo, na tradução de poesia), todos os segmentos terão, *a priori*, a mesma relevância informativa e/ou estilística. Assim, na versão de um histórico escolar de segundo grau para fins curriculares, caberá priorizar a identificação do aluno, as disciplinas que cursou, a avaliação que obteve e a qualificação que o certificado de conclusão lhe confere, enquanto que informações tais como as referências à estrutura administrativa do sistema escolar (por exemplo: delegacia de ensino a que o estabelecimento escolar está subordinado) serão tidos por secundários e uma versão menos feliz para o conceito de "Coordenadoria do Ensino Básico e Normal" dificilmente acarretará problemas para o uso que se fará da versão de tal documento. (Aubert, 1988)